

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

BEATRIZ CRISTINA CARDEAL DE SOUSA

A DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DO BRASIL NOS ANOS DE 1995,
2005 E 2015

VARGINHA

2019

BEATRIZ CRISTINA CARDEAL DE SOUSA

A DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DO BRASIL NOS ANOS DE 1995,
2005 E 2015

Trabalho de Conclusão de PIEPEX apresentado
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Bacharela em Ciência e Economia da
Universidade Federal de Alfenas.

Orientadora: Ana Márcia Rodrigues.

VARGINHA

2019

RESUMO

Por meio do presente trabalho objetiva-se analisar a desigualdade de renda nos anos de 1995, 2005 e 2015 no Brasil. Para tanto, utiliza-se uma metodologia de pesquisa do tipo descritiva com uma abordagem predominantemente quantitativa. Foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), de onde foram extraídas as variáveis para análise. O índice empregado para medir o grau de concentração de renda foi o Coeficiente de Gini associado à curva de Lorenz, que permitem descrever e analisar a distribuição de renda em uma sociedade. A partir da análise, observa-se um decréscimo na concentração de renda durante os três anos estudados. Analisando-se a curva de Lorenz obteve-se que a renda durante 2015 foi melhor distribuída, visto que a curva se aproximou mais da reta de 45 graus. A região que apresentou maior desigualdade durante esse período estudado foi a região Nordeste, diferentemente da região Sul, onde foi identificada melhor distribuição da renda. Além disso, pode-se concluir que a área urbana apresentou índices menores que a área rural. Ademais as regiões metropolitanas obtiveram maior coeficiente de Gini em relação às demais áreas censitárias, embora tenham apresentado menores taxas de variações. Santa Catarina foi a unidade federativa que apresentou uma distribuição de renda mais igualitária em 2015 e o Distrito Federal era a mais desigual.

Palavras-chaves: Distribuição de renda; Coeficiente de Gini; Curva de Lorenz.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze income inequality in the years 1995, 2005 and 2015 in Brazil. For this, a research methodology of the descriptive type with a predominantly quantitative approach is used. Data from the National Survey by Household Samples (PNAD) were used, from which the variables for analysis were extracted. The index used to measure the degree of concentration of income was the Gini Coefficient associated to the Lorenz curve, which allows to describe and analyze the distribution of income in a society. From the analysis, there is a decrease in the concentration of income during the three years studied. Analyzing the Lorenz curve it was obtained that the income during 2015 was better distributed, since the curve approached more than the 45 degree straight. The region that presented the greatest inequality during this period was the Northeastern region, unlike the South region, where a better distribution of income was identified. In addition, it can be concluded that the urban area presented lower indices than the rural area. In addition the metropolitan regions obtained higher Gini coefficient in relation to the other census areas, although they presented lower rates of variations. Santa Catarina was the federal unit that presented a more equal income distribution in 2015 and the Federal District was the most unequal.

Key-words: Income distribution; Gini coefficient; Lorenz curve.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Curva de Lorenz para o Brasil no ano de 1995	22
FIGURA 2 – Curva de Lorenz para o Brasil no ano de 2005	22
FIGURA 3 – Curva de Lorenz para o Brasil no ano de 2015	23

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Estatísticas descritivas renda per capita nominal média do Brasil nos anos de 1995, 2005 e 2015	13
TABELA 2 – Coeficiente de Gini e Variação Percentual do Brasil nos anos de 1995, 2005 e 2015	17
TABELA 3 – Coeficiente de Gini e Variação Percentual segundo regiões do país nos anos de 1995, 2005 e 2015	19
TABELA 4 – Coeficiente de Gini e Variação Percentual segundo Unidades da Federação nos anos de 1995, 2005 e 2015	20
TABELA 5 – Coeficiente de Gini e Variação Percentual segundo situação nos anos de 1995, 2005 e 2015	21
TABELA 6 – Coeficiente de Gini e Variação Percentual segundo áreas censitárias nos anos de 1995, 2005 e 2015	21

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: BREVE RESGATE HISTÓ- RICO	9
3	METODOLOGIA DE ANÁLISE	15
3.1	ÍNDICE DE GINI E CURVA DE LORENZ	15
4	RESULTADOS	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
6	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

Segundo Hoffman (1988), o termo distribuição de renda está relacionado à forma pela qual a renda do país é dividida entre as pessoas que contribuem de maneira direta ou indireta para a sua produção. O presente tema é bastante discutido desde que foi possível perceber sua relação com as diferentes formas de desigualdades presentes na sociedade. Sendo assim, muitos trabalhos foram desenvolvidos com a intenção de descobrir seus condicionantes e as consequências causadas por variações no índice de Gini, que pode ser utilizado para medir o grau de concentração de renda. Os estudos centrados nesse tema têm origem no final dos anos 1960, visto que em períodos anteriores não havia dados disponíveis para análise.

Os países latino-americanos se destacam por apresentarem altos índices de desigualdade na distribuição de renda, fato que também pode ser explicado pelo processo de formação histórica dessas antigas colônias da Espanha e de Portugal. Segundo Hoffman (2002), esses países que tinham como característica a produção e a exportação de produtos primários, tinham uma grande concentração da posse de terras, o que influenciou a maneira como a renda foi distribuída.

A desigualdade na distribuição de renda é um desafio histórico, que contribuiu para a acentuação da injustiça social e a exclusão da população. O Brasil nas últimas duas décadas apresentou altas taxas de desigualdade na distribuição de renda, ou seja, a renda gerada no processo produtivo não foi distribuída igualmente para a população do país. Além disso, um dos determinantes da pobreza enfrentada pelo país é a desigualdade da distribuição de renda, que, segundo Barros, Henriques e Mendonça (2001) possui mais influência sobre a pobreza que o crescimento econômico. Esses autores relacionaram a pobreza nacional com a renda per capita brasileira. Com isso, evidenciaram que a intensidade da pobreza está vinculada à concentração de renda. Além disso, comparando o Brasil com outros países como a Argentina e Chile, nota-se que tais possuem renda per capita similar à do Brasil. Mesmo assim, os índices de pobreza brasileira são altos comparado a esses países, fato que está relacionado com a distribuição desigual da renda.

Diante destas constatações, por meio deste trabalho objetiva-se analisar a distribuição de renda brasileira nos anos de 1995, 2005 e 2015. Para tanto, foram utilizados dados das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) dos respectivos anos, de onde foram extraídos dados para estimação dos índices de Gini. A escolha destes anos se justifica por representarem um período com a mesma unidade monetária. Ademais, o ano de 2015 é o ano mais recente com disponibilização da PNAD.

Este trabalho encontra-se estruturado em três seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, realiza-se uma revisão de literatura sobre o tema. Na segunda, apresenta-se a metodologia de análise. Por fim, na terceira seção, são apresentados os resultados e discussões.

2 DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: BREVE RESGATE HISTÓRICO

O perfil de desigualdade na distribuição de renda vigente no presente possui resquícios no passado. Assim sendo, a história brasileira justifica, em parte, a desigualdade que perdura no Brasil até o período atual.

Em 1850, quando a Inglaterra proibiu o tráfico de escravos ao Brasil, num contexto que a economia era extremamente dependente desta força de trabalho, o problema da mão de obra tornou-se fundamental na economia brasileira. Nesse período, a economia brasileira foi impulsionada pelo cultivo de café e da borracha. Diante desse cenário, foi implementada a “Lei de Terras” de 1850.

Tratava-se de um conjunto de medidas que buscava deixar definitivamente para trás um sistema em que se concebia a terra essencialmente como fonte de prestígio social para um período no qual ela representa essencialmente poder econômico (FONSECA, 2005, p. 16).

Com isso foi possível a consolidação da propriedade privada.

Se antes a origem da propriedade das terras era geralmente ligada à compensação ou recompensa da coroa, agora o domínio da terra estaria essencialmente ligado à ideia de sua exploração econômica; se antes a propriedade era uma “doação”, a partir de então a propriedade deve ser uma mercadoria (FONSECA, 2005, p. 17).

Tal fato contribuiu para que houvesse uma concentração de renda porque a “Lei de Terras” impulsionou o aumento dos preços das terras, em detrimento das doações em sesmarias, de maneira a evitar que pequenos proprietários e escravos libertos tivessem acesso a elas. Dessa maneira, era possível perceber que havia uma pequena parte da população que tinha acesso às propriedades. Este fato excluiu a oportunidade de outras pessoas adquirirem ascensão e renda, acentuando um contexto de desigualdade em relação à prosperidade de vida e de renda (FONSECA, 2005).

A Lei de Terras também foi significativa no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, visto que quando a propriedade se tornou objeto de exploração econômica, a força de trabalho antes usada no ciclo açucareiro e do ouro, passou a se subordinar ao trabalho no latifúndio. Desse modo, os trabalhadores livres eram impedidos ao acesso da terra e tiveram que se subordinar ao trabalho existente (DEDECA, 2005).

Com a expansão cafeeira em direção à São Paulo, logo após ao estabelecimento da República em 1889, foi possível notar que a mão de obra estava concentrada na região Nordeste e que a maioria dos trabalhadores ainda estavam vinculados com

os latifúndios, fator de resistência para a migração dos trabalhadores, visto que poderia desencadear a decadência das propriedades latifundiárias. Nesse sentido, é possível observar que o Brasil organizou os trabalhadores livres conforme as atividades de fases econômicas anteriores.

Diante da escassez de mão de obra nas lavouras produtoras de café, os fluxos imigratórios que envolveram o Brasil a partir de 1889, tiveram grande expressividade. Segundo Holloway (1972), grande parte dos imigrantes que chegaram em São Paulo entre 1887 até 1930 tiveram seu primeiro emprego nas lavouras de café. O autor também expõe que o governo apoiou a imigração para São Paulo, de modo a garantir incentivos econômicos. Além disso, os donos das lavouras de café tentaram induzir o imigrante por meio de benefícios para realizar as tarefas na plantação do café.

É somente a partir de 1930, segundo Dedecca (2005), que houve a integração entre o mercado de trabalho e as atividades econômicas internas. Também na década de 1930, devido à crise de 1929, a produção voltada para o mercado externo entrou em declínio, de maneira a influenciar no processo de urbanização de modernização econômica. Nesse contexto, a migração inter-regional também se apresenta como um processo importante. No estado de São Paulo, isso implicou novas fontes de mão de obra. Em contrapartida, nesse momento, São Paulo já apresentava índices consideráveis de pobreza, subemprego e desemprego, com o surgimento de novas atividades, como o trabalho doméstico, serviços pessoais, entre outras.

Segundo Theodoro (2009), o trabalho informal foi influenciado por três fatores, sendo eles a ausência de regulamentação quanto às práticas abusivas, as diferenças de renda e escolaridade, a oportunidade de emprego formal e o ajustamento das atividades ao sistema de emprego. A questão da informalidade é reflexo de um mercado de trabalho heterogêneo e desigual que gerou relações de trabalho não assalariado e sem proteção, fato que influenciou na concentração da renda e pobreza, visto que houve uma seletividade.

Outro fato relevante na história brasileira que influenciou a maneira como a renda é distribuída atualmente foi o processo de urbanização a partir de 1950, que foi impulsionado pela industrialização iniciada na região Sudeste devido à produção e exportação de café, pelo processo de crescimento econômico, mecanização do campo e concentração fundiária. No entanto, foi possível notar, segundo Milton Santos (1993) que havia desigualdade no processo de urbanização entre as regiões. Assim, esta não se tornou generalizada em todo o território. Segundo o autor, a cidade em relação ao social e à materialidade, foi responsável por criar a pobreza, tanto pela estrutura física quanto pelo modelo socioeconômico:

Ao longo do século, mas, sobretudo, nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação

com a pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos, e o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remunerem mal e não garantem a ocupação (SANTOS, 2005, p. 11)

Já na década de 1960, no período de ditadura militar, a partir de 1968 quando foi registrado o “Milagre Econômico”, caracterizado por elevadas taxas de crescimento da economia, os níveis de desigualdade na distribuição de renda foram alarmantes. Foi nesse momento que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) “ficou na faixa dos dois dígitos”, a inflação apresentou baixos níveis, comparado a períodos anteriores e houve a triplicação do comércio exterior.

Em contraposição a esses resultados, dados do Censo de 1970 permitiram averiguar, segundo Earp e Prado (2003), que a distribuição de renda tinha alcançado as piores taxas em relação a década de 1960. Como discutido por Furtado (1968), alguns países que passaram pelo processo de substituição de importações ¹, como o Brasil nessa época, com a ascensão de um novo tipo de desenvolvimento capitalista, apresentavam exclusão social e concentração de renda. Essa desigualdade na distribuição de renda influenciou a diversificação do consumo das diferentes classes existentes.

Diante do crescimento do PIB, em contrapartida, crescia a desigualdade de renda. Segundo Fislow (1975 apud EARP e PRADO, 2003, p. 23), essa situação seria o reflexo da política econômica, que não beneficiou os setores mais vulneráveis, isto é, não criou condições para que pequenos grupos de pessoas se ascendessem. Isso pode ser observado por meio do coeficiente de Gini, que varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 0 menor é a desigualdade de renda, ou seja, melhor a maneira de como a renda é distribuída. Por outro lado, quanto mais próximo de 1, maior a concentração de renda.

Segundo Bonelli e Ramos (1993), o índice de Gini no Brasil em 1960 era de 0,5 e teve um aumento para 0,57 em 1970, em relação a rendimentos não nulos. Com a divulgação dos resultados do censo de 1980, foi destacado que a concentração de renda se tornou mais expressiva nos anos de 1970. Segundo Bonelli e Ramos (1993) a distribuição de renda no Brasil é caracterizada por uma assimetria entre os extratos mais pobres e a camada superior da distribuição.

Outro ponto relevante é a existência da contraposição entre o contexto ma-

¹ Processo de Substituição de Importação: Segundo Fonseca e Souza (2009), esse foi um processo ocorrido na Era Vargas(1930-1945), que tinha como característica a produção principalmente para o mercado interno. Sendo assim, dependia de políticas governamentais para a proteção da indústria nacional diante de seus concorrentes internacionais.

croeconômico e a desigualdade, visto que desenvolveu-se uma relação inversa entre crescimento econômico, medido pelas variações do PIB per capita, e as variações na desigualdade.

Nos anos de 1986 e 1989, foi possível notar um crescimento na desigualdade em pleno auge da instabilidade macroeconômica de 1989, quando o coeficiente de Gini chegou à 0,64 (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001). Em 1993, segundo Hoffman (2001), ao relacionar a inflação com a distribuição de renda constatou-se que com a alta generalizada dos preços, o índice de Gini era de 0,605, tendo uma diminuição para 0,572 em 1999, quando se alcançou relativa estabilidade dos preços na economia.

Apesar das políticas neoliberais² implementadas nos anos 1990, outros fatores agiram no sentido da redução da desigualdade de renda. Assim, a diminuição da desigualdade de renda pode ser explicada pela eliminação do cenário hiperinflacionário e, principalmente, pela consolidação do maior amparo social possibilitado pela Constituição de 1988. A Constituição de 1988 garantiu programas sociais de transferências de renda, como o Benefício de Prestação Continuada, além de incorporar o trabalhador da agricultura familiar à Previdência, independente de contribuição.

Durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, houve a implementação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social. Já no final do seu segundo mandato foram desenvolvidos programas como o Bolsa Escola, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação. No ano de 2003, durante o mandato de Luís Inácio Lula da Silva, houve a junção desses programas de assistência social, instituindo o Programa Bolsa Família. Anteriormente à esse programa, houve a criação do Programa Fome Zero, que visava suprir as necessidades de alimentação da população brasileira. Segundo Silva (2013) esses programas de transferência de renda foram importantes para que houvesse a alavancagem dos programas de assistência social, de modo que pudessem contribuir para a diminuição da desigualdade.

Um estudo realizado por Barros et al (2006) expõe que apesar de o país liderar a desigualdade na distribuição de renda, o nível da desigualdade de renda no período de 1976 para 2004 apresentou queda. Para chegar a essa conclusão, foi utilizada a curva de Lorenz, que representa a distribuição relativa de uma variável em um domínio determinado. Caso a renda esteja distribuída de maneira igual, a curva coincide com a linha de 45° que passa pela origem. Se existir desigualdade, a curva estará mais perto das abcissas. Apesar dessa queda, a desigualdade permaneceu elevada, visto que os 10% mais ricos confiscaram mais de 40% da renda e, de outro ângulo, os 10% mais

² Pode-se destacar a abertura econômica, processo de reestruturação produtiva, privatizações, entre outras.

pobres detinham menos de 4% dela (BARROS; CARVALHO; FRANCO; MENDONÇA, 2006).

Segundo Sores (2010), a partir de 2001 o país apresentou queda no Coeficiente de Gini e manteve nessa situação até 2009. Neste momento, os níveis de desigualdades se assemelharam aos níveis anteriores ao Censo de 1970.

A Tabela 1 exhibe as estatísticas descritivas da renda per capita nominal média durante os anos de 1995, 2005 e 2015, período de análise deste estudo. Nota-se que a média da renda per capita nominal aumentou de 1995 para 2015. Já o coeficiente de variação diminuiu de 1995 para 2015, ou seja, a heterogeneidade entre as rendas diminuiu. Em 2015, 90% da população recebia renda menor ou igual a R\$ 2.080,00, conforme os dados da PNAD, enquanto que em 1995, 90% das famílias auferiam renda per capita menor ou igual a R\$ 450,00. A renda per capita nominal máxima, captada pela PNAD, aumentou durante os anos estudados, de R\$ 23.000,00 em 1995 para R\$ 150.000.000,00 em 2015.

TABELA 1 – Estatísticas descritivas renda per capita nominal média do Brasil nos anos de 1995, 2005 e 2015

	1995	2005	2015
Média	203,9	433,91	1.056,26
Desvio Padrão	380,06	773,6	1.601,54
Coeficiente de Variação	1,86	1,78	1,51
Mínimo	0	0	0
Máximo	23.000,00	64.533,33	150.000,00
1,00%	0	0	0
10,00%	23,33	60	193,8
50,00%	100	235	673,5
75,00%	209,66	460	1.166,66
90,00%	450,00	906,66	2.080,00

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pnad.

As diferenças entre renda per capita nominal mínima e máxima, assim como, o fato de mais de 50% da população possuir renda inferior a média, indicam que a concentração de renda no Brasil ainda é elevada. Assim sendo, o perfil de desigualdade de distribuição de renda persistente até hoje possui influência do processo de formação histórica do país, visto que contribuiu para que grande parte da população não tivesse direito à prosperidade de vida, ascensão e renda. Mesmo no momento em que o país introduziu o processo de urbanização, a desigualdade foi visível principalmente entre as regiões, visto que cada região foi impactada de forma diferente pelo processo de urbanização e industrialização. Ademais, ao mesmo tempo que o país apresentou altas taxas de crescimento econômico e inflação baixa em 1968, o Brasil apresentava

exclusão social e concentração de renda, de maneira que parte da população não teve oportunidade de ascensão. Fatos históricos como estes explicam em grande parte o modo como a renda é distribuída atualmente e as oportunidades que a população tem de prosperar e ascender economicamente.

Do exposto, foi possível constatar que a desigualdade de renda no Brasil aumentou desde os anos 1970 e depois reduziu durante os anos 1990. Nesse sentido, é importante constatar essa diminuição e verificar se, no período mais atual, essa redução persiste. Além disso, constatou-se na Tabela 1, aumento da renda média per capita. Portanto, é importante estudar a distribuição de renda no período mais atual, conforme o índice de Gini, no intuito de identificar seu comportamento.

3 METODOLOGIA DE ANÁLISE

O presente trabalho de caráter quantitativo visa analisar a desigualdade na distribuição de renda no Brasil. Além do uso de fatos históricos com a finalidade de exibir o reflexo da trajetória histórica do país na desigualdade de renda, foi realizada análise de dados retirados das PNADs dos anos de 1995, 2005 e 2015. A PNAD é uma pesquisa domiciliar realizada ano a ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em todo o território nacional. No entanto, somente a partir de 2004 que foram incluídas na pesquisa as áreas rurais da região Norte.

A variável utilizada para estimação da desigualdade de renda no Brasil foi o rendimento mensal familiar e o número de componentes da família. Por meio da divisão dessas variáveis foi obtida a renda per capita. Estabeleceu-se a análise nos seguintes recortes geográficos: unidades da federação, área censitária, e situação censitária. Vale ressaltar que a variável “peso” também foi incorporada às análises de modo a considerar o delineamento amostral. Assim, foram estimados o índice de Gini e as curvas de Lorenz para o conjunto da população brasileira.

3.1 ÍNDICE DE GINI E CURVA DE LORENZ

O índice de Gini é calculado com base na curva de Lorenz. Essa curva é um instrumento analítico que descreve a distribuição de renda em uma sociedade, a qual se encontra entre a linha de 45 graus, que é a linha de perfeita igualdade, e a linha de extrema desigualdade. Quanto mais próxima a curva estiver da linha do primeiro quadrante mais igualitária é a distribuição de renda. Logo, a partir da curva de Lorenz, é possível gerar um indicador que meça essa desigualdade. Este varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 0 mais igualitária é a distribuição da renda, e quanto mais próximo de 1 maior a concentração da renda. A fórmula do índice de Gini é:

$$G = \pi/0,5 = 2\pi \quad (3.1)$$

Em que π é a área da desigualdade dividida pelo valor teórico máximo, que varia de 0 a 0,5. Segundo Soares (2006), o índice de Gini é uma das medidas de desigualdade mais usadas e foi elaborado por Corrado Gini.

Para análise da desigualdade no Brasil no período de estudo, utilizou-se a variação percentual relativa que foi calculada pela fórmula:

$$((ValorFinal - ValorInicial)/ValorInicial \times 100) \quad (3.2)$$

As variações com resultados negativos revelam que o Coeficiente de Gini decresceu. Ao contrário, os resultados positivos mostram o crescimento do Gini. Os resultados foram apresentados em tabelas na seção que se segue.

4 RESULTADOS

A Tabela 2 exibe o coeficiente de Gini e sua variação percentual no Brasil durante os anos de 1995, 2005 e 2015. A partir de sua análise, pode-se perceber que, de 1995 para 2005, o índice de Gini teve uma redução percentual de aproximadamente 3,33%. De 2005 para 2015, a redução foi em torno de 10,34% e, de 1995 para 2015, foi próximo de 13,33%. Sendo assim, nota-se maior redução da desigualdade entre 2005 e 2015 que entre 1995 e 2005. Além disso, é possível perceber que em 2015 o país apresentou uma distribuição de renda mais igual (0,52) comparada aos outros anos estudados. Como já citado, mesmo o país liderando a desigualdade na distribuição de renda, segundo Barros et al (2006), durante o período de 1976-2004, os índices de desigualdade foram um dos menores nos últimos trinta anos.

TABELA 2 – Coeficiente de Gini e Variação Percentual do Brasil nos anos de 1995, 2005 e 2015

	1995	2005	2015	Variação Percentual		
				1995-2005	2005-2015	1995-2015
Brasil	0,60	0,58	0,52	-3,33%	-10,34%	-13,33%

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pnad.

Esse processo de diminuição da desigualdade da distribuição de renda pode estar relacionado com políticas públicas que, segundo Teixeira (2002) objetivam promover alternativas que gerem emprego e renda, de modo que compensem as políticas econômicas, ou seja, visam a criação de programas sociais que beneficiem os marginalizados. Um exemplo disso são os programas de transferência de renda que, segundo Souza (2011) os principais programas de transferências são o Benefício de Prestação Continuada da Lei orgânica da Assistência Social, que beneficia indivíduos por invalidez ou que tenha 65 anos ou mais, o benefício da aposentadoria rural, que é um programa que visa a transferência de renda para trabalhadores rurais idosos e o Programa Bolsa Família, que beneficia as famílias pobres e as que se encontram em situação de extrema pobreza. Ademais, o autor exibe a importância desses programas para a redução da pobreza, que ele caracteriza como a insuficiência de renda.

Segundo Assunção e Chein (2007 apud Souza, 2011) há estimativas de que aproximadamente 300 mil famílias, devido a esses programas, saíram da condição de pobreza entre os anos de 1991 e 1995. Já em outro estudo realizado por Soares, Medeiros e Osório (2006), é evidenciado que os programas de transferências de renda, mesmo que ainda precisem de alguns ajustes, são responsáveis pela redução

da pobreza e que, no período entre 1995 e 2004, contribuíram para a queda da desigualdade.

Outro fator que explica a queda na desigualdade de renda é o ganho real do salário mínimo. Segundo Brito, Foguel e Kerstenetzky (2015), a valorização do salário mínimo impactou em 72% a redução da desigualdade no período de 1995-2004. Os autores ainda exibem que a valorização do salário-mínimo real que teve um aumento real entre 1995 e 2015, influenciou o processo evolutivo da desigualdade de renda, como exemplo pode ser citado o período que compreende entre 2002 e 2006, que teve um efeito distributivo de 2%, para cada 1% de valorização do salário-mínimo. Ademais é exposto pelo autor que a variável salário-mínimo contribuiu para a redução da desigualdade de renda medida pelo Coeficiente de Gini, aproximadamente em três quartos da redução.

De acordo com Saboia (2016), o salário-mínimo cresceu 128,8% em termos reais entre os anos de 1995 e 2014. Há que se destacar a conjuntura econômica favorável associada à opção de política econômica que possibilitou crescimento econômico e maior acesso à renda. De acordo com o autor, o salário mínimo pode explicar quase metade da queda do índice de Gini entre 2004 e 2013, que se relaciona principalmente aos rendimentos oriundos do trabalho, mas também às aposentadorias e pensões e do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).

Em um estudo desenvolvido por Hoffman (2005), é abordado que a transferência de renda não é a principal causa na redução da desigualdade. Para ele, os programas sociais apenas reduzem a desigualdade em torno de 10 a 20%, sendo assim, constatou que entre 2002 e 2004, o grau de associação entre a redução da desigualdade do rendimento domiciliar per capita estava associado ao rendimento de todos os trabalhadores. Outra análise feita foi que as aposentadorias e as pensões têm contribuição para o aumento da desigualdade.

Na Tabela 3, exibe-se o grau de concentração de renda e a sua variação percentual segundo as cinco regiões do país. No geral, nota-se que houve uma melhora no grau de concentração da renda, como exposto por Soares (2010), que a partir de 2001 até períodos mais atuais, o país apresentou queda no Coeficiente de Gini e se manteve nessa situação até 2009, momento que apresentou índices semelhantes a períodos anteriores de 1970. Nos três anos estudados a região que apresentou menor Coeficiente de Gini foi a região Sul (0,560), (0,512), (0,455). Em oposição, a região que apresentou maior coeficiente foi a região Nordeste (0,600), (0,571), (0,515). Por meio das taxas de variações, observa-se que a região Sul teve a maior queda do índice de Gini de 1995 para 2005 e de 1995 para 2015. De 2005 para 2015 a região Centro-Oeste se destacou por apresentar a maior taxa de variação, ao contrário da região Norte que apresentou a menor variação.

TABELA 3 – Coeficiente de Gini e Variação Percentual segundo regiões do país nos anos de 1995, 2005 e 2015

	1995	2005	2015	Variação Percentual		
				1995-2005	2005-2015	1995-2015
Norte	0,581	0,533	0,501	-8,26%	-6,00%	-13,77%
Nordeste	0,600	0,571	0,515	-4,83%	-9,81%	-14,17%
Sudeste	0,561	0,538	0,495	-4,10%	-7,99%	-11,76%
Sul	0,560	0,512	0,455	-8,57%	-11,13%	-18,75%
Centro-Oeste	0,578	0,569	0,502	-1,56%	-11,78%	-13,15%

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pnad.

Na Tabela 4, mostra-se o Coeficiente de Gini e a variação percentual segundo os estados brasileiros durante os anos estudados. Observa-se um decréscimo no índice de concentração da renda de 1995 para o ano de 2015. No ano de 1995, o estado que apresentou a melhor distribuição de renda era Roraima (0,430) e o estado que teve a maior concentração da renda foi Pernambuco (0,640). Em 2005 nota-se que os estados do Acre, Roraima, Amapá, Maranhão, Ceará, Paraíba, Goiás e Distrito Federal tiveram um aumento no Coeficiente de Gini em relação ao ano de 1995, com coeficientes respectivamente de 0,588, 0,537, 0,531, 0,596, 0,599, 0,585, 0,549, 0,599. Nesse período de 2005, Goiás e Distrito Federal foram os que apresentaram maior desigualdade na distribuição de renda com índices de 0,549 e 0,599 respectivamente.

Em 2015, pode-se observar que todos os estados tiveram uma melhora no nível da desigualdade na distribuição de renda, sendo que o estado que apresentou a menor concentração da renda foi Santa Catarina (0,422) e a Unidade da Federação que apresentou a pior distribuição foi o Distrito Federal (0,563). Já as taxas de variações revelam que de 1995-2005, o Acre (1,38%), Roraima (24,88%), Amapá (0,19), Ceará (0,50), Paraíba (2,45%), Goiás (0,18%) e Distrito Federal (3,81%) apresentaram variações positivas, ou seja, tiveram um aumento do Coeficiente como já citado. Roraima (24,88%) teve a maior variação percentual do índice de 1995-2005. No período 2005-2015, houve redução da desigualdade de renda em todas as Unidades da Federação.

TABELA 4 – Coeficiente de Gini e Variação Percentual segundo Unidades da Federação nos anos de 1995, 2005 e 2015

	1995	2005	2015	Variação Percentual		
				1995-2005	2005-2015	1995-2015
Rondônia	0,581	0,568	0,470	-2,24%	-17,25%	-19,10%
Acre	0,580	0,588	0,543	1,38%	-7,65%	-6,38%
Amazonas	0,572	0,517	0,522	-9,62%	0,97%	-8,74%
Roraima	0,430	0,537	0,521	24,88%	-2,98%	21,16%
Pará	0,567	0,521	0,478	-8,11%	-8,25%	-15,70%
Amapá	0,530	0,531	0,499	0,19%	-6,03%	-5,85%
Macapá	0,612	0,534	0,515	-12,75%	-3,56%	-15,85%
Tocantins	0,581	0,523	0,543	-9,98%	3,82%	-6,54%
Maranhão	0,584	0,596	0,512	2,05%	-14,09%	-12,33%
Piauí	0,614	0,579	0,494	-5,70%	-14,68%	-19,54%
Ceará	0,596	0,599	0,510	0,50%	-14,86%	-14,43%
Rio Grande do Norte	0,615	0,583	0,526	-5,20%	-9,78%	-14,47%
Paraíba	0,571	0,585	0,523	2,45%	-10,60%	-8,41%
Pernambuco	0,640	0,563	0,488	-12,03%	-13,32%	-23,75%
Alagoas	0,577	0,552	0,484	-4,33%	-12,32%	-16,12%
Sergipe	0,598	0,554	0,511	-7,36%	-7,76%	-14,55%
Bahia	0,584	0,526	0,492	-9,93%	-6,46%	-15,75%
Minas Gerais	0,597	0,553	0,484	-7,37%	-12,48%	-18,93%
Espírito Santo	0,570	0,552	0,529	-3,16%	-4,17%	-7,19%
Rio de Janeiro	0,529	0,525	0,478	-0,76%	-8,95%	-9,64%
São Paulo	0,573	0,534	0,465	-6,81%	-12,92%	-18,85%
Santa Catarina	0,534	0,460	0,422	-13,86%	-8,26%	-20,97%
Rio Grande do Sul	0,559	0,517	0,464	-7,51%	-10,25%	-16,99%
Mato Grosso do Sul	0,545	0,524	0,475	-3,85%	-9,35%	-12,84%
Mato Grosso	0,548	0,515	0,448	-6,02%	-13,01%	-18,25%
Goiás	0,548	0,549	0,443	0,18%	-19,31%	-19,16%
Distrito Federal	0,577	0,599	0,563	3,81%	-6,01%	-2,43%

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pnad.

Na Tabela 5, mostra-se a distribuição de renda e a taxa de variação nas áreas urbanas e rurais. Observa-se que durante os três anos a área urbana apresentou melhor Coeficiente de Gini que a área rural. Apesar disto de 1995-2005, a desigualdade de renda urbana reduziu em 3,65%, já a desigualdade de renda rural teve seu coeficiente reduzido em 6,31%. Ademais, foi observado que a variação percentual de 2005-2015 teve mais expressividade na área urbana (-8,66%). De 1995-2015 a diferença na variação entre as duas áreas foi pequena, sendo a região rural (-12,24%) ligeiramente mais expressiva. Mais uma vez, poderia-se destacar que a queda da desigualdade de 2005-2015 foi bem maior que entre 1995-2005 para a região urbana.

TABELA 5 – Coeficiente de Gini e Variação Percentual segundo situação nos anos de 1995, 2005 e 2015

	1995	2005	2015	Variação Percentual		
				1995-2005	2005-2015	1995-2015
Rural	0,539	0,505	0,473	-6,31%	-6,34%	-12,24%
Urbano	0,575	0,554	0,506	-3,65%	-8,66%	-12,00%

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pnad.

A partir da análise da Tabela 6, é possível notar que durante os três anos as regiões metropolitanas apresentaram maior coeficiente de Gini dentre as áreas censitárias. Os municípios não auto-representativos apresentaram os menores índices durante os anos 0,565, 0,548 e 0,494 respectivamente. A partir da variação percentual, concluiu-se que de 1995-2005, as regiões metropolitanas foram as que apresentaram a menor redução no índice, (- 0,70%). De 2005 para 2015, os municípios auto-representativos (-9,85%) apresentaram a maior variação do coeficiente. Por sua vez, de 1995 para 2015 a maior redução foi identificada nos municípios não auto-representativos (-14,56%). Comparando-se os três anos, a região metropolitana foi a que apresentou as menores reduções nas taxas.

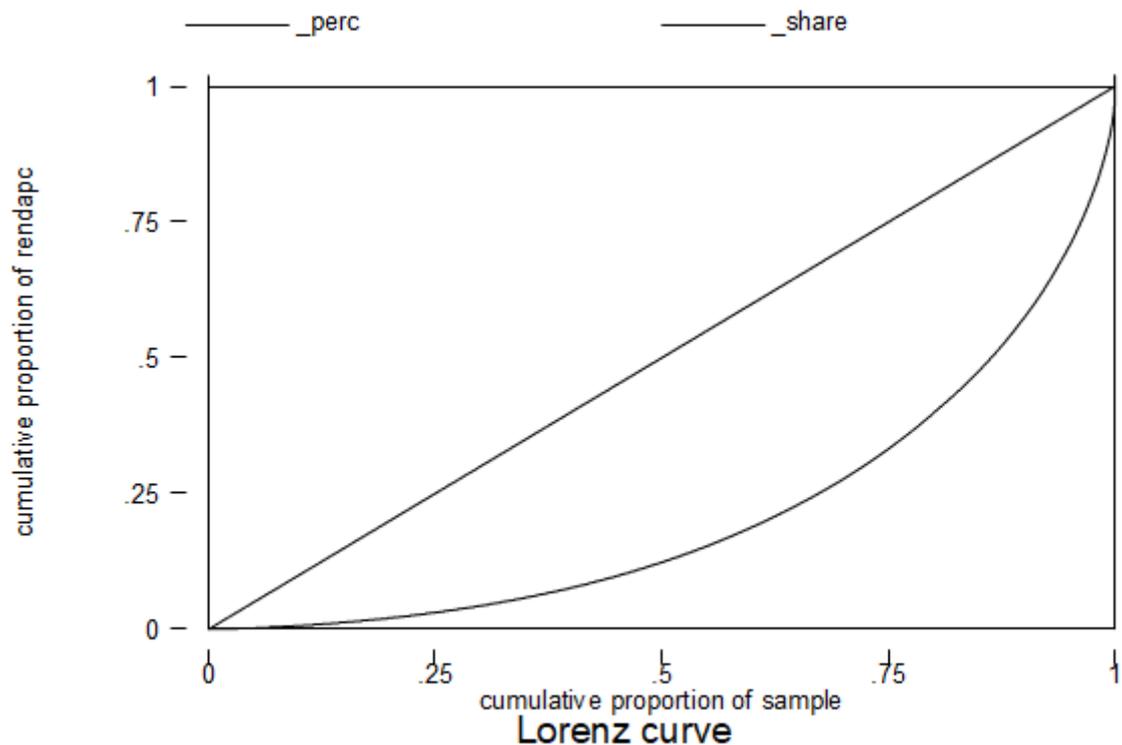
TABELA 6 – Coeficiente de Gini e Variação Percentual segundo áreas censitárias nos anos de 1995, 2005 e 2015

	1995	2005	2015	Variação Percentual		
				1995-2005	2005-2015	1995-2015
Região Metropolitana	0,572	0,568	0,530	-0,70%	-6,69%	-7,34%
Auto-representativo	0,565	0,548	0,494	-3,01%	-9,85%	-12,57%
Não auto-representativo	0,563	0,529	0,481	-6,04%	-9,07%	-14,56%

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pnad.

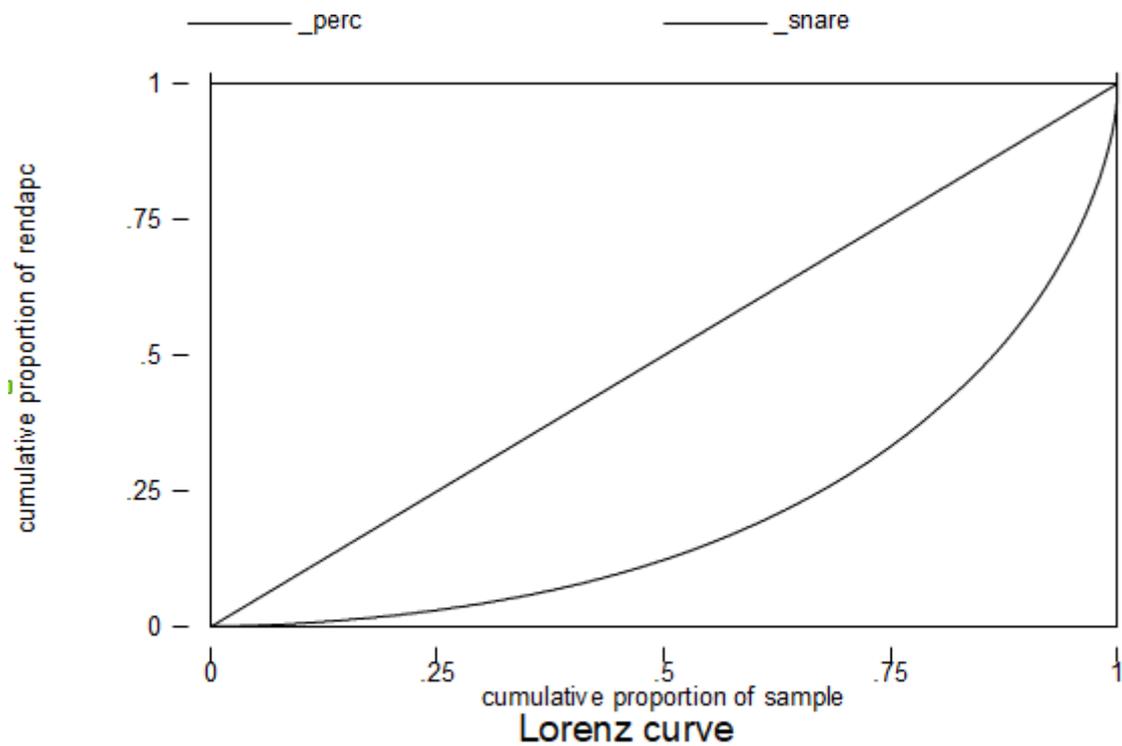
Além do Coeficiente de Gini, foi gerada a Curva de Lorenz. As curvas para os respectivos anos estão apresentadas na sequência.

FIGURA 1 – Curva de Lorenz para o Brasil no ano de 1995



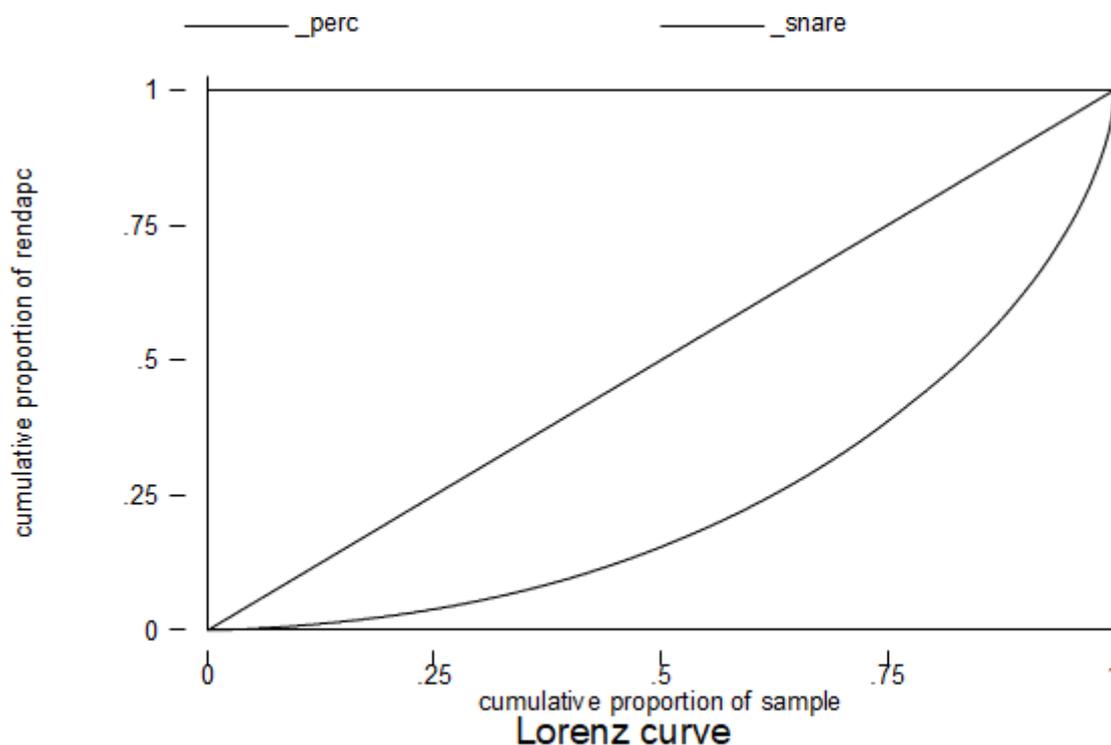
Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pnad.

FIGURA 2 – Curva de Lorenz para o Brasil no ano de 2005



Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pnad.

FIGURA 3 – Curva de Lorenz para o Brasil no ano de 2015



Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pnad.

Com base na curva de Lorenz, é possível notar que o ano que apresenta a maior concentração de renda é 1995, 2005 e 2015, visto que a curva que apresentou a maior distância com a reta de 45° no gráfico é 1995. Essa reta representa a igualdade perfeita, ou seja, quanto mais próxima a curva estiver da reta mais igual será a distribuição de renda. Sendo assim, o ano de 2015 foi o período que apresentou menor concentração de renda.

Em resumo, a partir dos resultados apresentados, foi possível notar que a desigualdade da distribuição de renda no país, entre os anos estudados, atingiu seu menor índice em 2015. De modo geral, houve redução da desigualdade em todos os recortes geográficos. Dentre as regiões, a região Sul apresentou o menor Coeficiente de Gini no ano de 2015 (0,455) e a região Nordeste apresentou o maior índice (0,515). O Sul também apresentou a maior variação percentual entre as regiões de 1995 para 2005. O Distrito Federal apresentou maior concentração de renda em 2015 (0,563) e em 2005 (0,599).

As áreas urbanas se destacaram por apresentar, durante os três anos, menor coeficiente que as áreas rurais e também por apresentarem maiores taxas de variações de 1995 para 2005 e de 1995 para 2015. As regiões metropolitanas tiveram maior concentração de renda durante todos os anos estudados e também apresentaram as menores taxas de variação. Já os municípios não auto-representativos se destacaram

por apresentar os menores índices e as maiores taxas de variação, excluindo de 2005 para 2015, momento em que os municípios auto-representativos tiveram maior expressividade na variação do Coeficiente de Gini.

Além dos fatores já citados que explicam a redução da desigualdade, segundo Neri (2006), os gastos públicos também contribuíram de maneira positiva para essa redução, visto que, no período que compreende 1995 a 2004, tiveram maior representatividade que os programas de seguridade social e contribuíram para o aumento das outras rendas. Ademais, o autor expõe a importância da estabilidade macroeconômica e melhorias nos programas sociais com o objetivo de construir um processo contínuo na redução da desigualdade. Neri e Souza (2012) estudaram o período entre 2001 e 2011 e abordaram que a diminuição da desigualdade está relacionada ao trabalho, previdência, programas de redistribuição de renda, que tiveram grande importância nesse decréscimo. Sem essas políticas desencadeadas pelo Estado brasileiro, a desigualdade teria caído 36% menos na década, segundo os autores.

Mesmo com queda na desigualdade na distribuição de renda nos anos considerados, Cacciamali (2002) comparou o país no período entre 1990 e 1999 por meio da curva de Lorenz, com a Alemanha, Chile e Estados Unidos e observou que o Brasil teve a pior distribuição de renda. Apesar da queda da desigualdade de renda no Brasil apontada neste trabalho, nota-se que o Gini no Brasil ainda é considerado elevado se comparado com outros países. Esse contraste com os outros países pode estar ligado ao processo histórico de formação do país, antiga colônia de Portugal, e, de acordo com Hoffman (2002), tanto o Brasil quanto países da América Latina que foram colonizados por portugueses e espanhóis tinham como característica a produção e a exportação de produtos primários, além de terem uma grande concentração da posse de terras, fato que influenciou a maneira como a renda foi distribuída e que tem influência até os dias atuais. No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2018, nota-se que a desigualdade média pelo Coeficiente de Gini ³ no Brasil (0,513) entre 2010 e 2017 era maior que em países como Venezuela (0,469), México (0,434), Costa Rica (0,487), Uruguai (0,397), Argentina (0,424) e Chile (0,477). Estes fatos serão motivos de estudos em trabalhos posteriores.

³ Para detalhes da metodologia, consultar PNUD (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade de renda reflete a grande concentração de recursos no Brasil, nas mãos de poucos indivíduos. Assim sendo, neste estudo, objetivou-se analisar a desigualdade na distribuição de renda a partir de 1995. Os anos escolhidos para estudo foram 1995, 2005 e 2015, pois apresentam a mesma unidade monetária, e 2015 é o ano mais recente da divulgação da PNAD. O Coeficiente de Gini associado com a curva de Lorenz foram os métodos utilizados para medir o grau de concentração de renda.

A partir dos resultados apresentados, foi possível averiguar que a desigualdade na distribuição de renda no Brasil teve uma redução de 1995 para 2015 de 13,33% aproximadamente. A região Sul, apresentou os menores Coeficientes de Gini durante os três anos e as maiores taxas de variações de 1995-2005 e de 1995-2015. Santa Catarina apresentou o menor Coeficiente de Gini em 2015, ao contrário do Distrito Federal que apresentou o maior coeficiente. A região urbana teve a renda melhor distribuída durante os anos. Já a região metropolitana teve os maiores índices de 1995 para 2005, no entanto teve as menores taxas de variações.

Logo, pode-se constatar que mesmo com a diminuição da desigualdade da distribuição de renda por meio de políticas públicas, valorização do salário-mínimo e gastos públicos, a desigualdade ainda se encontra em níveis elevados comparados a outros países. Como exposto por Barros et al (2007), o país, mesmo reduzindo a desigualdade acentuadamente a partir de 2001, ultrapassou somente 5% dos países no ranking da desigualdade. Além disso, seguindo esse ritmo de decréscimo, levaria mais de vinte anos para atingir índices parecidos ao da média de países com maior grau de desenvolvimento que o Brasil.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. O.; Guilhoto, J. J. M. Crescimento Econômico e Distribuição de Renda: uma análise a partir das estruturas econômicas do Brasil contemporâneo. In: *Anais XXXIV Encontro Nacional de Economia*. Salvador, 2006.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. A Estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. p.21-48.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A Queda Recente da Desigualdade de Renda no Brasil. IPEA, 2007 (*Texto para Discussão, 1258*).

BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza. IPEA, 1997 (*Texto para Discussão, 528*).

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. *Econômica: revista do programa de pós-graduação em Economia da UFF*, v. 8, n. 1, 2006b, p. 117-147.

BONELLI, R., RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde os meados dos anos 70. IPEA, jan. 1993 (*Texto para Discussão, 288*).

BRITO, Alessandra; FOGUEL, Miguel; KERSTENETZKY, Celia. Afinal, Qual A Contribuição Da Política De Valorização Do Salário Mínimo Para A Queda Da Desigualdade No Brasil? Uma Estimativa Para O Período 1995-2013. Discussion Paper No. 109, *Center for Studies on Inequality and Development (CEDE)*, Dezembro, 2015.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). *Manual de economia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v. 1, p. 406-422.

DEDECCA, Claudio 2005. "Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil" em *Revista de Economia Política* (São Paulo) Vol. 25, N° 1 (97), 2005.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. (O Brasil Republicano, v. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONSECA, Ricardo Marcelo. A “Lei de Terras” e o advento da propriedade moderna no Brasil. Anuário Mexicano de Historia del Derecho, México: *Instituto de Investigaciones Jurídicas Unam*, n. 17, p. 97-112, 2005.

HOLLOW A Y, Thomas H. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo 1885-1915: uma análise preliminar. *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo, vol. 2, n. 6. 1972. p. 145-180.

FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1968.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda e crescimento econômico. *Estudos Avançados, USP* – São Paulo, v. 15, n. 41, p. 67-76, 2001.

HOFFMAN, R. As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade. *Econômica*, v. 7, n. 2., p. 335-341, dez. 2005.

HOFFMAN, Rodolfo e DUARTE, João Carlos. “A distribuição da renda no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, Vol. 12, nº. 2, junho, 1972.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

<http://www.ibge.com.br>.

LANGONI, C. G. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro, *Expressão e Cultura*, 1973.

NERI, M. Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. *Ensaio Econômico*, n. 637, FGV, Rio de Janeiro, 2006.

NERI, M., SOUZA P. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. Ipea: Brasília, 2012. (*Comunicados do Ipea*, n. 155).

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2018. Disponível em:

<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2018.html>.

SABOIA, J.; HALLAK NETO, J. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000. *Texto para discussão* 02/2016. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1993.

SILVA, A. M. R. Um estudo sobre a pobreza multidimensional na Região Nordeste do Brasil. *Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia*, 2009.

SILVA, Walfrido Vianna Vital da Silva. A Constituição de 1988 e a nova ordem social. A efetivação dos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, nº 200, p. 297-320, outubro/dezembro,

2013.

SOARES, S. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004 Brasília: Ipea, 2006 (*Texto para Discussão, n. 1.166*).

SOARES FV, Soares S, Medeiros M, Osório, RG. Programas de transferência de renda no Brasil: *impactos sobre a desigualdade e a pobreza*. Brasília: IPEA; 2006.

SOUZA, André P. Políticas de de distribuição de Renda no Brasil e o Bolsa Família In: BACHA, Edmar L.; SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Brasil: a nova agenda social*. Rio de Janeiro: LCT, 2011. p. 167-186.

SOUZA, L.E.S.D; FONSECA, P.C.D. (2009). O processo de substituição de importações. *Econ. Polit.* Vol.30 no.2 São Paulo Abr./Jun 2010.

TEIXEIRA, Celso Elenaldo. Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade, 2002. Disponível em:

<<http://http://www.escoladebicicleta.com.br /politicaspUBLICAS.pdf>>.